INSTITUTOS SOCIAIS, VULNERABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INFANTOJUVENIL: ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS NO *INSTAGRAM*

SOCIAL INSTITUTES, SOCIAL VULNERABILITY, AND CHILD AND ADOLESCENT DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF INSTITUTIONAL PUBLICATIONS ON INSTAGRAM

FRANCIELE ALVES **PEREIRA**[1], MARIA EDUARDA DOS SANTOS **MARQUES**[1], CARLA ELIZA RODRIGUES **MACHADO**[2], DIEGO ZANELATO LOURENÇO DE **SOUZA**[3*]

1. Acadêmicas do curso de graduação em Psicologia da Faculdade UMFG, Cianorte, Paraná, Brasil; **2.** Professora do curso de Psicologia da Faculdade UMFG, Cianorte, Paraná, Brasil; mestre em Promoção da Saúde pela Universidade Cesumar – UniCesumar; **3.** Professor orientador do curso de Psicologia da Faculdade UMFG, Cianorte, Paraná, Brasil; mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar – UniCesumar.

* Avenida Guedner, 3106, Parque da Gávea, Maringá, Paraná, Brasil. CEP: 87053-265. diego.souza@umfg.edu.br

Recebido em 28/10/2026. **Aceito** para publicação em 09/11/2026

RESUMO

Este estudo analisou como quatro institutos sociais de Cianorte/PR divulgaram, no Instagram, ações relacionadas ao desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Realizou-se uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo. Foram identificadas 448 publicações referentes a 2025, das quais 117 atenderam aos critérios de inclusão. As publicações foram classificadas em quatro dimensões do desenvolvimento, admitindo-se o enquadramento em mais de uma categoria. A dimensão social apresentou a maior frequência, seguida das dimensões cognitiva, física e emocional. Os conteúdos incluíram atividades educativas, culturais, esportivas e de convivência, interpretadas à luz da Psicologia do Desenvolvimento e dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Conclui-se que as instituições divulgaram práticas associadas ao desenvolvimento integral, à participação comunitária e ao fortalecimento de vínculos. Os achados descrevem o conteúdo da comunicação institucional e não permitem estabelecer efeitos dessas práticas sobre o desenvolvimento dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento humano; infância e adolescência; institutos sociais; redes sociais; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This study analyzed how four social institutions in Cianorte, Paraná, Brazil, used Instagram to publicize activities related to the physical, cognitive, social, and emotional development of socially vulnerable children and adolescents. This qualitative documentary study used content analysis. The researchers identified 448 posts published in 2025, of which 117 met the inclusion criteria. They classified the posts into four developmental dimensions, allowing each post to fall into more than one category. The social dimension had the highest frequency, followed by the cognitive, physical, and emotional dimensions. The posts featured educational, cultural, sporting, and group activities, which the researchers interpreted considering developmental psychology and the rights established by the Brazilian Child and Adolescent Statute. The institutions publicized practices associated with integral development, community participation, and the strengthening of social bonds. These findings describe institutional communication and do not establish the effects of the activities on participants' development.

KEYWORDS: human development; childhood and adolescence; social institutes; social networks; social vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência representam fases fundamentais do desenvolvimento humano, caracterizadas por intensas transformações cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nesse período, a oferta de estímulos adequados e o acesso a condições favoráveis são essenciais para que o desenvolvimento humano ocorra de forma saudável. Entretanto, quando crianças e adolescentes estão inseridos em contextos de vulnerabilidade social, marcados por pobreza, exclusão, violência e limitação de oportunidades, esse processo pode ser comprometido, produzindo impactos em diferentes dimensões da vida[1].

A vulnerabilidade social envolve fatores econômicos, sociais e relacionais que limitam o acesso a direitos, serviços e oportunidades de desenvolvimento[2]. Nesse contexto, torna-se fundamental a existência de espaços e ações voltados à promoção do desenvolvimento infantojuvenil e ao fortalecimento das redes de proteção. Os institutos sociais desempenham papel relevante nesse processo por desenvolverem atividades educativas, culturais, esportivas e de fortalecimento de vínculos, contribuindo para a promoção de direitos e a inclusão social de crianças e adolescentes.

As redes sociais digitais permitem que as instituições divulguem projetos e atividades e compartilhem informações com a comunidade. A análise dessas publicações possibilita examinar como as organizações

apresentam suas práticas voltadas ao público infantojuvenil, sem pressupor que o conteúdo divulgado represente a totalidade das ações realizadas.

O estudo contribui para a discussão sobre a comunicação de ações voltadas à infância e à adolescência em contextos de vulnerabilidade social. A análise articula as práticas divulgadas à promoção do desenvolvimento integral, aos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[3] e às possibilidades de atuação da Psicologia em contextos sociais e comunitários.

Parte-se do pressuposto de que atividades educativas, culturais, esportivas e de convivência podem oferecer oportunidades relacionadas às diferentes dimensões do desenvolvimento infantojuvenil. A investigação concentra-se na representação dessas atividades nas publicações institucionais.

O objetivo geral foi analisar como institutos sociais de Cianorte/PR divulgaram, em seus perfis no Instagram, ações voltadas ao desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Os objetivos específicos foram mapear as instituições locais com atuação junto a esse público e perfis ativos no Instagram; classificar as publicações segundo as dimensões do desenvolvimento infantojuvenil; analisar as relações entre as práticas divulgadas e as demandas da vulnerabilidade social; e relacionar os conteúdos aos princípios do ECA e aos fundamentos éticos e sociais da Psicologia.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios e descritivos[4,5]. O estudo examinou uma realidade local: a divulgação de ações de institutos sociais de Cianorte/PR voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A abordagem qualitativa orientou a interpretação das dimensões do desenvolvimento representadas nas publicações. As frequências das categorias foram utilizadas para descrever a distribuição do material analisado.

O delineamento foi documental, com uso de informações públicas de redes sociais, sites institucionais e outros documentos de acesso público[6]. O caráter exploratório correspondeu ao mapeamento das instituições, enquanto o caráter descritivo se referiu à caracterização das ações divulgadas.

O mapeamento dos institutos sociais de Cianorte/PR e seus distritos foi realizado por meio de buscas em redes sociais, páginas institucionais e sites públicos, incluindo organizações com atuação reconhecida no município. Foram identificadas nove instituições, das quais quatro compuseram a amostra. Para preservar o anonimato das organizações analisadas, as instituições foram identificadas como Instituição A, Instituição B, Instituição C e Instituição D.

Para a seleção da amostra, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: (1) a instituição estar localizada no município de Cianorte/PR, incluindo seus distritos; (2) desenvolver ações direcionadas a crianças e/ou adolescentes; (3) atuar junto a públicos em situação de vulnerabilidade social; e (4) possuir perfil institucional ativo na rede social Instagram. Foram excluídas da análise as instituições que não atenderam aos critérios estabelecidos, que não apresentavam atuação direcionada ao público infantojuvenil ou que não possuíam publicações disponíveis no Instagram no período delimitado para a pesquisa.

Para os fins deste estudo, considerou-se como atuação em contexto de vulnerabilidade social aquela voltada a crianças e adolescentes expostos a situações de fragilidade socioeconômica, risco social ou acesso limitado a direitos sociais básicos. A escolha da rede social Instagram ocorreu por se tratar da principal plataforma utilizada pelas instituições selecionadas para a divulgação de suas atividades, seus projetos e suas ações junto à comunidade, possibilitando acesso sistemático ao conteúdo produzido e disponibilizado publicamente.

Foram examinadas publicações dos perfis oficiais das instituições no Instagram, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. A coleta foi realizada em 2026, após o encerramento do período de referência. O recorte contemplou um ciclo anual e permitiu comparar os conteúdos divulgados no mesmo período. Das 448 publicações identificadas, 117 compuseram o corpus após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A unidade de análise foi a publicação individual, considerando imagens, vídeos, carrosséis e legendas.

As publicações foram classificadas nas dimensões física, cognitiva, social e emocional do desenvolvimento, conforme os critérios da Tabela 1. Uma mesma publicação pôde integrar mais de uma categoria, considerando a inter-relação entre essas dimensões.

Os critérios de categorização foram definidos com base nos objetivos da pesquisa e nos referenciais da Psicologia do Desenvolvimento utilizados no estudo.

Tabela 1. Critérios de categorização das publicações

Categoria	Critério utilizado
Física	Alimentação, esportes, atividades motoras e saúde física
Cognitiva	Aprendizagem, criatividade, oficinas educativas e estímulos intelectuais
Social	Interação social, convivência coletiva, cidadania e fortalecimento de vínculos
Emocional	Autoestima, acolhimento, expressão emocional e pertencimento

Fonte: elaborada pelos autores (2026).

As pesquisadoras realizaram a categorização de forma independente e, posteriormente, discutiram os resultados com o professor orientador para estabelecer consenso. Os dados foram organizados em planilha eletrônica por instituição e categoria. Na interpretação dos conteúdos, os achados foram relacionados aos referenciais teóricos, ao ECA e aos princípios éticos da Psicologia.

Foram incluídas na análise as publicações relacionadas a ações, projetos, atividades ou iniciativas voltadas a crianças e adolescentes. Foram excluídas publicações sem relação direta com o público infantojuvenil, conteúdo exclusivamente administrativo, informes gerais, publicações duplicadas ou materiais que não apresentavam elementos suficientes para categorização.

A análise de conteúdo seguiu as etapas propostas por Bardin (2011)[7]: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Esse procedimento orientou a organização, a categorização e a interpretação das publicações.

Por se tratar de pesquisa documental realizada a partir de publicações institucionais de acesso público, não houve contato direto com as crianças, os adolescentes ou os profissionais dessas instituições. A análise concentrou-se exclusivamente no conteúdo divulgado pelas próprias organizações, sem identificação individual dos participantes presentes em imagens ou vídeos. Como medida de cautela ética, os nomes das instituições foram substituídos por identificações fictícias, e as publicações foram descritas sem a menção de dados que permitissem identificar as organizações ou os participantes.

Como limitação metodológica, reconhece-se que as publicações em redes sociais representam recortes institucionais das práticas realizadas, não permitindo afirmar impactos diretos sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes atendidos. Os resultados obtidos referem-se às formas pelas quais as instituições apresentam e divulgam suas ações nos ambientes digitais analisados.

Por utilizar exclusivamente informações de domínio público, disponibilizadas pelas próprias instituições em seus canais oficiais de comunicação, a pesquisa não envolveu intervenção ou interação direta com seres humanos, enquadrando-se nas hipóteses de dispensa de registro e avaliação pelo sistema CEP/Conep previstas no art. 1º, parágrafo único, incisos II e III, da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS)[8].

3. RESULTADOS

3.1 Caracterização das instituições e distribuição das publicações analisadas

A amostra reuniu quatro instituições, identificadas como Instituição A, Instituição B, Instituição C e Instituição D. A Tabela 2 apresenta o total de publicações identificado em cada perfil, o número incluído no corpus e a distribuição nas quatro categorias analíticas.

A Instituição D apresentou o maior número de publicações no período (n = 162), seguida pelas instituições A (n = 134), C (n = 124) e B (n = 28). Entre as publicações incluídas no corpus, a Instituição C reuniu 39, a Instituição A, 38, a Instituição D, 30, e a Instituição B, 10. Esses valores distinguem o volume total divulgado do material selecionado para análise.

Tabela 2. Distribuição das publicações e das categorias analíticas por instituição

Instituição	Total	Classif.	Fís.	Cogn.	Soc.	Emoc.
Instituição A	134	38	15	17	34	13
Instituição B	28	10	7	4	9	4
Instituição C	124	39	30	36	39	35
Instituição D	162	30	26	27	23	24
Total	448	117	78	84	105	76

Nota: Classif. = publicações classificadas; Fís. = dimensão física; Cogn. = cognitiva; Soc. = social; Emoc. = emocional. Uma publicação pode integrar mais de uma categoria; por isso, a soma das categorias excede as 117 publicações classificadas. **Fonte**: elaborada pelos autores (2026).

Todas as instituições apresentaram publicações relacionadas às quatro dimensões. A categoria social foi a mais frequente nas instituições A, B e C. Na Instituição D, as frequências foram próximas entre si, com maior número na categoria cognitiva.

A dimensão social reuniu 105 classificações, seguida das dimensões cognitiva (n = 84), física (n = 78) e emocional (n = 76). Como as categorias não eram mutuamente exclusivas, esses valores não correspondem a grupos distintos de publicações.

A frequência da categoria social indica maior presença de conteúdos associados à convivência, à participação comunitária e ao fortalecimento de vínculos no corpus. A menor frequência da categoria emocional não permite concluir que essas práticas sejam menos realizadas pelas instituições, pois a análise se restringiu ao material divulgado.

As subseções seguintes descrevem os conteúdos identificados em cada dimensão do desenvolvimento; sua interpretação à luz dos referenciais adotados é apresentada na Discussão.

3.2 Dimensão física do desenvolvimento

Na dimensão física, foram identificadas publicações sobre alimentação, práticas esportivas, atividades corporais e hábitos saudáveis. Os conteúdos incluíram educação alimentar, recreação, esportes coletivos e atividades voltadas ao movimento corporal.

A recorrência de publicações relacionadas à alimentação infantil sugere uma preocupação institucional não apenas com aspectos nutricionais, mas também com a promoção da saúde e do desenvolvimento integral em contextos de vulnerabilidade social. Como exemplo, observou-se uma publicação da Instituição D referente à introdução alimentar por meio do método Baby-Led Weaning (BLW), apresentada pela instituição como estratégia para estimular a autonomia alimentar, a aceitação dos alimentos e o desenvolvimento motor. Embora se trate de um conteúdo específico, sua divulgação evidencia a valorização de práticas associadas à promoção da saúde e ao desenvolvimento infantil.

Além das ações voltadas à alimentação, observou-se a divulgação frequente de atividades esportivas, recreativas e práticas corporais, incluindo circuitos motores, gincanas, campeonatos esportivos e atividades

voltadas ao movimento corporal.

3.3 Dimensão cognitiva do desenvolvimento

A dimensão cognitiva do desenvolvimento compreendeu publicações relacionadas a processos de aprendizagem, estímulos intelectuais, criatividade, atividades educativas e experiências voltadas ao desenvolvimento de habilidades cognitivas.

As publicações analisadas evidenciaram a presença de oficinas educativas, atividades artísticas, práticas lúdicas e ações voltadas ao estímulo da criatividade e da aprendizagem. Entre o conteúdo identificado, destacam-se oficinas de desenho, pintura, tecnologia e outras atividades que, segundo as próprias instituições, buscam estimular a concentração, a percepção, a imaginação e o desenvolvimento de novas habilidades.

Uma publicação da Instituição A descreveu a participação de adolescentes em uma oficina de desenho realista. A legenda associou a atividade à concentração, à percepção visual e à criatividade. Essas associações expressam a apresentação institucional da atividade, sem constituir medida de seus efeitos cognitivos.

Assim, a categoria cognitiva reuniu atividades divulgadas como oportunidades de estímulo à criatividade e à aprendizagem, sem mensurar mudanças nas capacidades dos participantes.

3.4 Dimensão social do desenvolvimento

Na dimensão social, foram identificadas apresentações culturais, oficinas artísticas, projetos educativos, torneios esportivos, visitas a espaços públicos e outras atividades coletivas. Essas publicações foram classificadas por apresentarem elementos de convivência, participação comunitária e interação entre crianças e adolescentes.

Entre os exemplos, publicações da Instituição A descreveram a participação de adolescentes em apresentações de fanfarra e em um projeto de formação cidadã. As legendas enfatizaram cidadania, responsabilidade social e participação comunitária. A interpretação considerou esses conteúdos como representações de oportunidades de convivência e pertencimento, sem avaliar sua repercussão na experiência dos participantes.

Também foram observadas publicações que evidenciam atividades colaborativas, como oficinas artísticas, ações recreativas e momentos de convivência coletiva, nos quais crianças e adolescentes compartilham espaços, materiais e experiências.

A dimensão social apresentou a maior frequência de classificações e reuniu conteúdos relacionados à socialização e à participação comunitária. O resultado caracteriza a comunicação das instituições no período analisado; não demonstra, por si só, mudanças nos vínculos ou nas competências sociais das crianças e dos adolescentes.

3.5 Dimensão emocional do desenvolvimento

A dimensão emocional foi compreendida a partir de aspectos relacionados ao desenvolvimento emocional, à construção da identidade, ao sentimento de pertencimento, à autoestima e à qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos por crianças e adolescentes. Nas publicações analisadas, observou-se que atividades coletivas, oficinas, apresentações culturais, práticas esportivas e espaços de convivência foram frequentemente associados a experiências de interação social, reconhecimento de potencialidades individuais e fortalecimento do vínculo com o grupo.

Entre os exemplos identificados, destaca-se uma atividade desenvolvida pela Instituição A, na qual uma participante surda produziu placas decorativas contendo frases traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). A atividade evidencia práticas relacionadas à inclusão, à valorização das diferenças e ao reconhecimento das singularidades dos participantes. Também foram observadas publicações relacionadas a festividades coletivas, como uma festa junina promovida pela Instituição C, que envolveu momentos de convivência, participação e integração entre crianças e adolescentes. Embora distintas em seus objetivos, ambas as experiências sugerem oportunidades de fortalecimento do sentimento de pertencimento e da valorização das identidades individuais e coletivas.

No material analisado, o termo “saúde mental” não foi identificado de forma explícita. Ainda assim, as pesquisadoras classificaram conteúdos relacionados à autoestima, ao pertencimento, à inclusão e aos vínculos afetivos na dimensão emocional. Essa classificação constitui uma interpretação do conteúdo divulgado e não uma avaliação da saúde mental dos participantes.

4. DISCUSSÃO

A predominância da dimensão social, acompanhada da presença das demais categorias, sugere que a comunicação institucional enfatizou atividades coletivas. Como uma publicação pôde receber mais de uma classificação, os resultados também expressam a articulação entre as dimensões do desenvolvimento. A frequência de divulgação, entretanto, não equivale à frequência de realização das atividades nem à sua efetividade.

4.1 Dimensão física do desenvolvimento

De acordo com Papalia *et al.* (2006)[9], a alimentação adequada constitui elemento fundamental para o crescimento e o desenvolvimento saudável durante a infância, influenciando diretamente aspectos físicos, neurológicos e imunológicos. Da mesma forma, Gallahue *et al.* (2013)[10] destacam que condições nutricionais inadequadas podem comprometer o desenvolvimento físico e aumentar a vulnerabilidade a agravos de saúde. Essa perspectiva também é reforçada no Brasil pelo Ministério da Saúde[11], que destaca a alimentação adequada e saudável como elemento essencial para o crescimento, o desenvolvimento e a promoção da saúde infantil. Nesse sentido, as publicações analisadas indicam que as instituições utilizam suas redes sociais para divulgar práticas relacionadas à promoção da saúde física e ao bem-estar

de crianças e adolescentes.

A presença recorrente de atividades esportivas, recreativas e práticas corporais nas publicações sugere que as instituições reconhecem a importância da atividade física para o desenvolvimento infantil e adolescente. Segundo Papalia *et al.* (2006)[9], a infância é marcada pelo aprimoramento progressivo das habilidades motoras, sendo as experiências corporais fundamentais para o desenvolvimento físico e para a ampliação da autonomia da criança.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial dessas atividades para promover oportunidades de participação e acesso ao lazer, especialmente para crianças e adolescentes inseridos em contextos de vulnerabilidade social. Considerando que o acesso a espaços esportivos, recreativos e de convivência nem sempre está disponível a toda a população, as ações desenvolvidas por instituições sociais podem representar importantes estratégias de promoção da saúde, socialização e desenvolvimento humano.

Essa perspectiva encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[3], especialmente em seus dispositivos relacionados aos direitos à saúde, ao lazer e ao desenvolvimento integral. Assim, as publicações analisadas sugerem que as instituições utilizam suas redes sociais para divulgar ações voltadas à promoção do desenvolvimento físico e à garantia de direitos de crianças e adolescentes, associando suas práticas institucionais à promoção do bem-estar e da qualidade de vida.

4.2 Dimensão cognitiva do desenvolvimento

Segundo Papalia *et al.* (2006)[9], o desenvolvimento cognitivo envolve mudanças nas capacidades mentais relacionadas à aprendizagem, à memória, à linguagem, ao pensamento, à criatividade e à resolução de problemas, constituindo um dos aspectos centrais do desenvolvimento humano ao longo da infância e da adolescência.

Em contextos de vulnerabilidade social, a oferta de atividades educativas e culturais pode assumir papel relevante na ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Conforme discutem Bourdieu & Passeron (1992)[12], as desigualdades sociais influenciam o acesso a recursos educacionais e culturais, resultando em diferenças quanto às oportunidades de desenvolvimento entre grupos sociais. Nesse sentido, as atividades divulgadas pelas instituições podem representar estratégias complementares de acesso a experiências educativas para crianças e adolescentes que frequentemente possuem acesso limitado a recursos pedagógicos, tecnológicos e atividades extracurriculares, contribuindo para a ampliação de repertórios cognitivos e culturais.

A literatura aponta que atividades artísticas, educativas e lúdicas podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades relacionadas à atenção, à imaginação, à criatividade e à resolução de problemas. Para Winnicott (1975)[13], o brincar ocupa papel central no desenvolvimento infantil, favorecendo a criatividade e a construção da realidade subjetiva da criança. De maneira semelhante, Vygotsky (2009)[14] destaca que a imaginação e a criatividade constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento psicológico, possibilitando a ampliação do repertório simbólico e das formas de interação com o mundo. Complementarmente, Dessen *et al.* (2005)[15] ressaltam que o desenvolvimento cognitivo ocorre a partir da interação contínua entre características individuais e contextos sociais, evidenciando a importância de ambientes que favoreçam experiências de aprendizagem e participação.

Os conteúdos educativos e culturais foram interpretados como práticas potencialmente relacionadas à aprendizagem e à ampliação de experiências. Essa leitura dialoga com o ECA, que assegura os direitos à educação e ao desenvolvimento da criança e do adolescente[3]. A análise das postagens, contudo, não permite avaliar a efetivação desses direitos em cada instituição.

4.3 Dimensão social do desenvolvimento

Atividades colaborativas como essas podem favorecer o desenvolvimento de habilidades relacionadas à cooperação, à comunicação, à convivência interpessoal e à participação social, aspectos frequentemente associados ao desenvolvimento social durante a infância e a adolescência.

De acordo com Papalia *et al.* (2006)[9], o desenvolvimento social ocorre por meio das interações estabelecidas nos diferentes contextos de convivência, como a família, a escola e a comunidade. Sob a perspectiva bioecológica, Bronfenbrenner (2011)[16] destaca que o desenvolvimento humano é influenciado pelas relações construídas nos diversos ambientes em que o indivíduo está inserido, evidenciando a importância dos espaços coletivos para a promoção da participação social e da construção de vínculos. Nessa perspectiva, as interações sociais favorecem o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e relacionais ao longo do ciclo vital[17].

4.4 Dimensão emocional do desenvolvimento

As atividades divulgadas pelas instituições também podem contribuir para a expressão emocional, o desenvolvimento da autoestima e a construção de relações interpessoais saudáveis. Em contextos de vulnerabilidade social, marcados por situações de exclusão, insegurança e limitação de oportunidades, espaços de acolhimento e convivência podem assumir papel relevante na promoção do bem-estar psicológico e no fortalecimento dos vínculos afetivos. Nessa perspectiva, Sawaia (2014)[18] destaca que experiências de inclusão, reconhecimento e participação social possuem potencial para favorecer processos de fortalecimento subjetivo e construção da identidade.

Sob a perspectiva de Winnicott (1983)[19], o desenvolvimento emocional saudável ocorre quando o indivíduo encontra ambientes capazes de oferecer

sustentação, acolhimento e segurança emocional. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelas instituições podem ser compreendidas como experiências potencialmente favorecedoras do amadurecimento emocional, ao proporcionarem situações de cuidado, reconhecimento e participação social.

4.5 Relações com a Psicologia e alcance das interpretações

Não foram identificadas referências explícitas à atuação de profissionais da Psicologia nas publicações analisadas. As práticas divulgadas apresentaram aproximações com princípios do ECA[3] e do Código de Ética Profissional do Psicólogo, como a promoção da saúde, da dignidade humana e da responsabilidade social[20]. Essa aproximação teórica não permite atribuir as atividades a intervenções psicológicas ou afirmar a presença ou ausência desses profissionais nas instituições.

Os conteúdos podem ser discutidos como representações de práticas potencialmente associadas à proteção social, ao acolhimento e à participação comunitária. Essa interpretação deve considerar que as postagens constituem uma seleção produzida pelas próprias instituições e podem privilegiar atividades mais visíveis ou adequadas à divulgação.

5. CONCLUSÃO

A análise das 117 publicações permitiu identificar como quatro institutos sociais de Cianorte/PR divulgaram ações relacionadas às dimensões física, cognitiva, social e emocional do desenvolvimento infantojuvenil em 2025.

A dimensão social apresentou a maior frequência de classificações, seguida das dimensões cognitiva, física e emocional. Os conteúdos abrangeram atividades de convivência, educativas, culturais, esportivas e de acolhimento, com sobreposição entre as categorias.

Os achados descrevem práticas divulgadas como oportunidades de participação, aprendizagem e fortalecimento de vínculos. Não permitem afirmar que essas ações produziram efeitos sobre o desenvolvimento dos participantes ou demonstrar sua contribuição efetiva para a rede de proteção.

Embora não tenham sido identificadas referências explícitas à atuação profissional da Psicologia, os conteúdos puderam ser discutidos em relação a princípios de acolhimento, inclusão e promoção de direitos. Essa relação é interpretativa e não comprova a realização de intervenções psicológicas.

O estudo se limitou às publicações de quatro instituições em uma única plataforma e não incluiu coleta de dados com crianças, adolescentes ou profissionais. As postagens representam recortes das atividades, o que restringe a generalização dos achados e impede avaliar os efeitos das práticas divulgadas.

A contribuição do estudo consiste na sistematização das formas de divulgação das ações e de sua relação com as dimensões do desenvolvimento infantojuvenil. Os resultados também ilustram o uso das redes sociais como fonte documental para examinar a comunicação de organizações sociais.

Pesquisas futuras poderão incluir outras instituições e contextos, além de entrevistas e observações com participantes e profissionais. A combinação dessas fontes poderá ampliar a compreensão das práticas e das experiências de crianças e adolescentes atendidos.

6. REFERÊNCIAS

[1]. Domingues AR, Pereira AFL, Oliveira AC, *et al.* As principais violações de direitos de crianças e adolescentes em Heliópolis: São Paulo/Brasil. Desidades. 2018. (19):36-47.

[2]. Souza LB, Panúncio-Pinto MP, Fiorati RC. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. Cad Bras Ter Ocup. 2019. 27(2):251-69. doi: 10.4322/2526-8910.ctoAO1812.

[3]. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 1990. [acesso 22 mar. 2026] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l8069.htm

[4]. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

[5]. Prodanov CC, Freitas EC. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

[6]. Sá-Silva JR, Almeida CD, Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev Bras Hist Cienc Soc. 2009. 1(1):1-15.

[7]. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

[8]. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília: Ministério da Saúde. 2016. [acesso 26 fev. 2026] Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

[9]. Papalia DE, Olds SW, Feldman RD. Desenvolvimento humano. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.

[10]. Gallahue DL, Ozmun JC, Goodway JD. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7ª ed. Porto Alegre: AMGH. 2013.

[11]. Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília: Ministério da Saúde. 2019.

[12]. Bourdieu P, Passeron JC. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1992.

[13]. Winnicott DW. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago. 1975.

[14]. Vygotsky LS. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico. São Paulo: Ática. 2009.

[15]. Dessen MA, Costa Júnior AL, organizadores. A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed. 2005.

[16]. Bronfenbrenner U. Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed. 2011.

[17]. Bee H, Boyd D. A criança em desenvolvimento. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2011.

[18]. Sawaia BB, organizadora. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

[19]. Winnicott DW. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas. 1983.
[20]. Conselho Federal de Psicologia. Código de ética profissional do psicólogo. Brasília: CFP. 2005. [acesso 1 maio 2026] Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf